

As (não) relações entre pobreza e exclusão no contexto das Políticas Educacionais

SOUSA, Ana Paula Moreira de;

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados
profanapaulamoreira@hotmail.com

SCAFF, Elisângela Alves da Silva.

Prof.^a Dr.^a, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Orientadora da pesquisa
elisangelascaff@ufgd.edu.br.
Agência financiadora: Observatório da Educação - Capes/CNPq.

Política e gestão da educação e da escola

Resumo: Este artigo tem por escopo apresentar as (não) relações que se dão entre pobreza e exclusão no cenário educacional brasileiroⁱ, considerado a partir do crivo das políticas públicas educacionais. Para isso, utilizou-se a década de 1990 como recorte temporal para as arguições acerca da problemática apresentada. Metodologicamente, ele é apoiado em fontes bibliográficas. Realizou-se uma contextualização sobre exclusão social e pobreza a partir da literatura especializada, compreendendo que essa discussão contribui para fundamentação desse estudo, principalmente no que se refere a autores que acreditam que há uma relação estreita entre ambos e outros que primam por uma não relação, ou seja, que são termos e debates distintos. Ulteriormente, dissertou-se sobre a exclusão escolar, como ela é configurada numa sociedade concebida como “excludente e injusta”, devido ao sistema/modelo econômico vigente e hegemônico nela consolidado. A partir dos estudos e leituras feitos, considera-se que se nos orientarmos e esforçarmos para buscar coletivamente um novo sentido para a escola, resgatando seu papel e função social (que está se perdendo), almejando o despertar para o mundo, para uma consciência crítica e transformadora acerca da realidade, estaremos gradualmente no rumo certo para minimizar (e quiçá) superar e vencer os desafios correlacionados à exclusão e à pobreza na sociedade brasileira.

Palavras-chave: escola; exclusão; pobreza.

Introdução

A década de 1990ⁱⁱ segundo Freitas (2002) não foi uma década perdida, pois ela tem nos ensinado muito, principalmente do ponto de vista da teoria educacional. Dentre os ensinamentos, certamente, estará o de que, “não é possível querer ‘fazer justiça com as próprias mãos’ e ‘tornar o sistema educacional um sistema justo’ em meio a uma sociedade que aprofunda a injustiça do lado de fora da escola” (p. 300).

A partir disso, entende-se que nessa sociedade, por exemplo, são mantidas as antigas e são criadas novas formas de exclusão dentro e fora do contexto escolar, pois a partir do último quarto do século XX, a exclusão passou a ocupar espaços de forma gradual na literatura das políticas educacionais.

A ideia da exclusão social, que enfaticamente ganha força no Brasil na década de 1990, tem suas raízes nas ciências sociais da França e busca dialogar com outras noções, como a de marginalidade e “underclass”ⁱⁱⁱ (LEAL, 2004). Deste modo, a exclusão não é um estado permanente, ela é

[...] um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação do emprego, privação dos meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança. [...]. “Por isso, não se pode torná-la um conceito de tal modo abrangente e genérico que venha a ser empregado para significar e conceituar todo e qualquer problema social, de qualquer

ⁱEsse trabalho apresenta algumas construções e reflexões teórico-analíticas que a autora tem desenvolvido em sua pesquisa de mestrado, intitulada “Desafios à gestão da alfabetização em contextos escolares adversos”. A partir desse recorte contextual, optou-se abordar sobre essa temática no presente artigo.

ⁱⁱA escolha pelo recorte temporal a partir dos anos de 1990 seu deu por considerar que as políticas educacionais implantadas nesse momento se preocuparam em ofertar uma educação de qualidade para todos, porém devido a uma gestão ineficiente, essas políticas não têm conseguido atender as necessidades da população (SCAFF, 2008), principalmente dos menos favorecidos, econômico e socialmente.

ⁱⁱⁱ*Underclass* é uma noção norte-americana, com as quais esta mais voltada para os traços psicossociais dos indivíduos. Segundo Leal (2004), esta noção foi difundida por Gunnar Myrdal (1963), em que era caracterizada uma população miserável e com economia supérflua. “Na década de 70, *underclass* tornou-se sinônimo de pobreza persistente e associou-se à ideia de uma ‘cultura da pobreza’, marcada pela indolência, imprevidência e imoralidade (segundo os padrões de valores da burguesia norte-americana), compreendendo usuais manifestações de alcoolismo, toxicomania, maternidade dissociada do casamento, desemprego e dependência de políticas sociais. Esta ideia deu suporte à divisão dos pobres em dois subgrupos: de um lado, aqueles que mereceriam ajuda e, de outro, os indivíduos e famílias cuja pobreza era atribuída ao seu próprio comportamento” (JENKS, 1993 apud LEAL, 2004, p. 3).

momento histórico ou de qualquer contexto social” (CURY, 2008, p. 209).

Observa-se a partir desse autor acima que não existe exclusão, o que há são contradições, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Há na verdade, o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.

Assim, poderíamos dizer que a exclusão social é uma categoria que vai sendo assumida nos embates políticos tanto para explicitar questões de gênero e etnia, como, e especialmente, para designar problemas da perda de direitos que, no contexto da mundialização do capital, assumem uma magnitude e uma gravidade sem precedentes (FRIGOTTO, 2010, p. 422).

Atualmente, a exclusão está fortemente presente em todas as áreas. Conforme Oliveira (2004, p. 160), nas ciências sociais, a exclusão tem sido utilizada “como se fosse um conceito científico de uso corrente, que já não mais precisasse ser definida; no campo das políticas públicas e da assistência social, constitui-se, inconfundivelmente, em alvo prioritário das ações”.

Neste contexto, o autor supracitado ratifica que a exclusão se refere a um processo e/ou condição designada daqueles sujeitos colocados, de certa forma, à margem da sociedade, que por inúmeros motivos não tiveram acesso aos benefícios considerados de extrema importância e indispensáveis à vida, compreendendo que sempre haverá pessoas ou grupos sofrendo nesse processo.

Sendo assim, Martins (2004) cita que estudos acerca da pobreza e do processo de exclusão se tornaram um modismo no mundo globalizado. Logo, para ele, a exclusão social está diretamente associada à pobreza, aos sujeitos pobres ou aos chamados “excluídos” do mercado de trabalho e não nos damos conta de que a exclusão social atinge a sociedade como um todo.

A palavra ‘exclusão’ é um desses neologismos enganadores, quando empregada por não-especialistas e quando empre-

gada para comover e convencer. Seus usuários não especialistas já nem se dão o trabalho de explicar que se trata de ‘exclusão social’, pois na pauta da conversão cotidiana está subentendido que ‘só existe’ uma modalidade de exclusão, absoluta e genérica. Com facilidade, o rótulo equivocado se transforma em substantivo, o de ‘excluídos’, como se nós outros os supostamente ‘não excluídos’, fôssemos imune a fatores de privação social que nos atingem a todos de vários e diferentes modos. **Ninguém está protegido contra a exclusão social, nem mesmo quem faz o discurso fácil que pretensamente a denuncia** (MARTINS, 2004, p. 3, grifo nosso).

Entende-se que esse autor acima concebe que há relação entre pobreza e exclusão, entretanto, além disso, ele sinaliza que todos independentemente de classe social econômica e de renda estão sujeitos e vulneráveis a sofrer exclusão.

Já autores como Pizzio e Veronse (2008) divergem dessa compreensão e expõem que pobreza e exclusão não podem ser concebidas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, embora se encontrem articuladas.

Embora não se constituindo em sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir (PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 56).

Fleury (2007) corrobora com os autores anteriormente utilizados, e salienta que a exclusão é uma questão social atual, mesmo que ela esteja fortemente associada à pobreza. Entretanto, “são fenômenos sociais distintos, e confundi-los pode ser o caminho para a ineficácia das políticas públicas” (p. 1422). E complementa de forma salutar que “grande parte dos estudos econômicos e políticos tem se dedicado à questão da pobreza, tratando-a como uma questão de desigualdade, sem distingui-la analiticamente da exclusão (ibid, p. 1423).

Convergindo, Pereira (2006, p. 236) ressalta que o termo “exclusão social vem sendo utilizado como sinônimo de pobreza; entretanto, essa identificação é errônea”. Em síntese,

a pobreza pode ser uma forma de exclusão social, na medida em que o pobre é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos nos seguintes domínios: social, econômico, institucional, territorial e referências simbólicas; todavia, substituir um termo pelo outro é cair em erro conceitual e enfraquecer o conceito de pobreza (ibid., p. 237).

Neste contexto, Paugam (2003 apud PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 54) ressalta que “o que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio”.

Compreende-se que o debate acerca dessas duas problemáticas é complexo, pois ora está no contexto de relações possíveis, ora de antagonismo teórico e de concepção por parte de matrizes diferentes.

Teixeira (1992) faz uma crítica a associação do tema exclusão à pobreza, pois trata-se de uma visão simplificadora do problema, que vincula a marginalidade social numa perspectiva economicista.

A fixação da pobreza como marca de inferioridade e a dificuldade em se livrar dos estigmas operam de maneira contraproducente na construção das identidades sociais. Assim, reproduzem-se e cristalizam-se lógicas que justificam a suposta “inferioridade”, naturalizando-a e ainda culpabilizando-se o pobre, o desqualificado, pela sua condição (PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 64).

Fleury (2007) contextualiza com mais aprofundamento seus estudos ao compreender que a exclusão além do que já foi mencionado, diz respeito também a “não incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania - envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas - e impedindo seu acesso à riqueza produ-

zida no país” (p. 1423). Desta forma, “os grupos excluídos estão, em geral, impossibilitados de participar das relações econômicas predominantes - no mercado, como produtores e/ou consumidores - e das relações políticas vigentes, os direitos de cidadania” (ibid., p. 1424).

Dando veracidade ao que Fleury (2007) concebe, Lavinias (2003, p. 38) cita que:

A exclusão, tal como a pobreza, nasce como uma categoria do campo da ação, da intervenção, pois sendo uma categoria identitária, visa designar e caracteriza o status social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social. Ela tem conotação negativa, pois significa má integração, integração deficiente, seja pelo lado do sistema produtivo, seja pelo lado do padrão de consumo.

Paugam (2003 apud PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 52) afirma que “[...] a pobreza não é somente o estado de despossuir; ela corresponde a um status social específico, ‘inferior’ e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência”. Logo, nota-se que a discussão que perpassa a questão da pobreza vai além do entendimento de vinculá-la unicamente sob via da exclusão.

Moreno (apud DUARTE, 2011b, p. 3) afirma que para o enfrentamento da pobreza, os estados ‘inventaram’ as políticas sociais, sendo que seu “principal papel é preservar o bem estar, estabilidade social e certo grau de coesão. No entanto, quando a positividade das políticas não consegue efetivar o bem estar e a justiça social, cumpre investigar [...]”.

As políticas sociais em torno da pobreza se atêm somente à questão da fome, como que se resolvendo a questão da fome da população pobre esse problema estaria acabado. Contudo, a questão não deve ser vista somente por esse viés, principalmente nesse estágio do desenvolvimento capitalista, em que, cada vez mais, o número de pobres vem aumentando, pois os “excluídos”, já não são mais funcionais ao sistema produtivo (MARTINS, 2004).

Fleury (2007) evidencia que é necessária a emergência de uma questão social que requer e reivindica seu enquadramento por meio de políticas e instituições específicas, ou seja, as chamadas políticas sociais.

Em período recente da história do Brasil algumas ações das políticas sociais vêm sendo criadas para reverter determinadas situações e concretizar uma relação positiva entre Estado e população em situação de pobreza (SETIÉN; ARRIOLA, 1997 apud DUARTE, 2011b).

Demo (2002, p. 5) cita que: “[...] o maior problema das populações pobres não é propriamente a fome, mas a falta de cidadania que os impede de tornarem sujeitos de história própria, inclusive de ver que a fome é imposta”.

Portanto, a escola socializa o sucesso ou fracasso na medida e direção que a política pública de educação permite. Deste modo, é preciso revisar a política educacional atual ou a sociedade brasileira se conforma com a segregação que vem ocorrendo nas escolas públicas brasileiras, ou seja, uma discriminação institucionalizada imposta aos pobres. Nessa linha de raciocínio, apresentar-se-á nos parágrafos infracitados uma contextualização sobre a exclusão escolar.

As concepções acerca da exclusão escolar

De acordo com Campos (2003), a exclusão tem um sentido especial na educação, pois envolve fortes aspectos simbólicos, e a falta de acesso a essa educação é um fator poderoso na determinação das situações de exclusão.

Contradizendo a esse posicionamento, Oliveira (2007, p. 671, grifo nosso) cita que:

[...] Ao se **ampliar o acesso**, visibiliza-se outra exclusão, a que se produz no interior do sistema escolar. **Passávamos da exclusão da escola para a exclusão na escola**. Os alunos chegavam ao sistema de ensino, lá permanecendo alguns anos, mas não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, em virtude de múltiplas reprovações seguidas de abandono.

Ferraro (1999) afirma que há duas dimensões que explicam a exclusão escolar. De um lado, há a *exclusão da escola*, caracterizada tanto como o não acesso à escola quanto que se denomina comumente como evasão escolar e; de outro lado, a exclusão na escola, concebida como uma exclusão operada no processo escolar, por meio de mecanismos de reprovação e repetência (grifo do autor).

Deste modo, o simples acesso à escola não é fator determinante de inclusão social, pois a qualidade da aprendizagem e o próprio ambiente escolar, ao mesmo tempo em que podem ser fatores de inclusão, podem também contribuir para excluir outros tantos, objetivamente pelas oportunidades diminuídas ou negadas, como subjetivamente, pela vivência de experiências de rejeição social e de não reconhecimento de identidade.

Ultrapassada a barreira do acesso à escola, a criança, uma vez dentro dela, tem pouco ou nenhum incentivo para nela permanecer. (...). *O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social*. Para além do acesso à vaga, pois, é preciso considerar a escola como espaço de um processo cultural, relacionai, de um *ethos*. É preciso examinar esse múltiplo de relações de várias formas, quer do ponto de vista da síntese da cultura existente, que da possível difusão da cultura da cidadania. Trata-se da relação entre escola e a dinâmica do território onde ela se situa (SPOZATI, 2000, p. 27, grifo nosso).

A exclusão não é apenas categoria do sistema e dos processos globais, mas também das dimensões da experiência escolar dos alunos (DUBET, 2003). Neste caso, a educação formal não basta para transformar o mundo no melhor lugar para a sociedade, nem mesmo aquela educação comprometida com a cidadania e com a transformação social, pois ela por si só, “não é capaz de garantir uma sociedade mais justa e equânime. Ao garantir maior escolaridade em nossa sociedade, não estaremos garantindo, de imediato, a resolução das discrepâncias sociais” (SPOZATI, 2000, p. 30).

Analisando como foi a inserção da população pobre na escola, Algebaile (2009) observou que esta aconteceu tardiamente, caracterizada pelo fracasso e por uma ampliação para menos - especialmente em termos qualitativos. “Não por acaso é essa a população que mais sofre na escola” (DUARTE, 2011a, p. 4).

Esteban (2002 apud CRISTOFOLETI, 2010) destaca que a escola não é simplesmente um espaço de reprodução do contexto social, uma vez que nela são geradas práticas específicas através das quais a desigualdade se constrói.

A escola se transformou e transformou suas representações com a emergência do problema da exclusão. Como se trata de um problema, ele é constituído tanto pela realidade das condutas que permeiam o cotidiano escolar quanto pelas respostas políticas.

Confrontada com a exclusão social, a escola é levada a se interrogar a respeito de uma de suas funções fundamentais: sua capacidade de interagir os indivíduos num quadro institucional e cultural e pode afirmar com isso que o encontro da exclusão social e da escola renovou profundamente os debates no contexto da educação de um modo geral (DUBET, 2003).

Esteban (2002 apud CRISTOFOLETI, 2010) destaca que a escola não é simplesmente um espaço de reprodução do contexto social, uma vez que nela são geradas práticas específicas através das quais a desigualdade se constrói. Deste modo, é sugerido que a aproximação das práticas geradas no interior escolar, respeitando suas especificidades e singularidades existentes, possam pautar na tentativa de superar essas desigualdades produzidas inicialmente.

Considerações finais

Compreendemos que o Brasil no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, em especial, para com os pobres. A origem da pobreza encontra-se na desigualdade e combatê-la torna-se imperativo, com a elaboração de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social.

O grande desafio atual é transformar a escola pública, no sentido de eliminar suas marcas seletivas e construir uma educação crítica e de qualidade para todos, pois essa é uma necessidade social e histórica. Logo,

sua reversão dependerá da capacidade dos atores das comunidades escolares em opor e resistir e da sensibilidade do governo para responder. A perspectiva da contradição exige estudos que pesquisem, analisem e denunciem essa já conhecida funcionalidade reprodutivista da escola e apoiem o aprimoramento da política social de educação para superá-lo (DUARTE, 2011a, p. 12).

Spozati (2000) acredita que a educação é o caminho mais curto para entender o conceito de cidadania a toda população. Todavia, esse processo educativo deve trilhar caminhos estratégicos vinculados aos princípios de equidade, isto é, da construção de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade e que saiba conviver com as diferenças, sejam elas de religião, opção sexual, gênero, entre outras diferenças e opções.

Portanto, se nos orientarmos e esforçarmos para buscar coletivamente um novo sentido para a escola, resgatando nela seu papel e função social, visando o despertar para o mundo, para a consciência crítica a respeito da realidade, estaremos progressivamente no caminho de superar e vencer os desafios relacionados à exclusão escolar. Logo, vale a pena realizarmos uma análise aprofundada e criteriosa dos encaminhamentos que se fazem presentes no espaço educativo com vistas a atingir algumas mudanças que contribuam para o enfrentamento desses problemas.

Referências

ALGEBAIL, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a13.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

CRISTOFOLETI, Rita de Cássia. A relação entre fracasso escolar e produção do conhecimento: uma análise das relações de ensino produzidas na escola e na sala de aula. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 3, p. 44-69, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/30/28>. Acesso em: 13 set. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista, [online]**, Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n48/a10n48.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.

DUARTE, Natalia. Política social de educação e o percurso escolar da população em situação de pobreza. In: **Anais da 25ª Reunião do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação** – ANPAE. São Paulo, abr. 2011a. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos-Completos/comunicacoesRelatos/0416.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

DUARTE, Natalia de Souza. Política educacional e o percurso escolar da população em situação de pobreza. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais** – diversidades e (des) igualdades. Natal, ago. 2011b. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307590944_ARQUIVO_Artigo_XICONLAB.pdf. Acesso em: 10 set. 2012.

DUBET, François. A escola e exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-25, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FERRARO, Alceu Ravello. Diagnóstico da escolarização no Brasil. In: **Anais da 23ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** – ANPED. Caxambu – MG, set. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a03.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.

FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1422-1428, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a03a.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 299-325. Disponível em: http://www.diaadia-educacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL23_N80/EDS_ARTIGO23N80_14.PDF. Acesso em: 31 ago. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social: questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 37, p. 417-442, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n37/16.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em: 02 set. 2012.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Caxambú- MG, set. 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_42.pdf. Acesso em: 25 mai. 2012.

MARTINS, José de Souza. Para compreender e temer a exclusão social. **Vida Pastoral**, ano XLV, nº 239. São Paulo: Paulus, 2004.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 159-188, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/52/1726>. Acesso em: 20 ago. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2012.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social**, Brasília, n. 18, p. 229-252, jan./jun. 2006. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/191/970. Acesso em: 27 ago. 2012.

PIZZIO, Alex; VERONESE, Marília Veríssimo. Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** [on line], São Paulo v. 11, n. 1, p. 51-67, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n1/a05v11n1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Planejamento da Educação. Orientação global x ação local. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 571-592, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_02/Elizangela.pdf. Acesso em: 28 out. 2012.

SPOZATI, Aldaíza de Oliveira. Exclusão social e fracasso escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1071/973>. Acesso em: 10 set. 2012.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. Escola: exclusão e representação (notas para uma reflexão). **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 20-32, jan./jun. 1992. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v18n1/v18n1a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.